



**A pesquisa e o ensino em  
Arquivologia:**

**Perspectivas  
na era digital**

**Organizadores:**

Thiago Henrique Bragato Barros

Roberto Lopes dos Santos Jr

Gilberto Gomes Cândido

**THIAGO HENRIQUE BRAGATO BARROS**  
**ROBERTO LOPES DOS SANTOS JUNIOR**  
**GILBERTO GOMES CÂNDIDO**  
**Organizadores**

**A PESQUISA E O ENSINO EM ARQUIVOLOGIA: PERSPECTIVAS NA ERA  
DIGITAL**



**BELÉM, PA**  
**2019**

© 2019 A reprodução desse livro na íntegra ou em parte é permitida, desde que citados os créditos. Proibida a venda.

### **Comissão Organizadora**

Thiago Henrique Bragato Barros (Presidente)  
Robero Lopes dos Santos Jr  
Gilberto Gomes Cândido

### **Presidente da Comissão Científica**

Roberto Lopes dos Santos JR (UFPA)

### **Conselho Editorial/Comissão Científica**

Alzira Sá (UFBA)	Paulo Roberto Elian dos Santos (FioCruz)
Ana Maria Camargo (USP)	Priscila Gomes (UNIRIO)
André Malverdes (UFES)	Renato de Mattos (UFF)
Angelica Marques (UNB)	Renato Tarciso Barbosa de Sousa (UNB)
Anna Carla de Almeida Mariz (UNIRIO)	Telma Campanha Carvalho (UNESP)
Clarissa Moreira dos Santos Schimidt (UFF)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Eliete Correia dos Santos (UEPB)	Welder Silva (UFMG)
Fernando de Assis Rodrigues (UFPA)	
Ivana Parrela (UFMG)	
Josemar Mello (UEPB)	
Luciana Heymann (FGV)	
Marcia Pazin (UNESP)	
Margarete Farias de Moares (UFES)	
Maria Teresa Navarro de Britto Matos (UFBA)	
Mariana Lousada (UNIRIO)	
Moises Rockembach (UFRGS)	
Natalia Tognoli (UFF)	

**Coordenação Editorial:** Thiago Henrique Bragato Barros, Glenda da Rocha Monteiro, Leticia Lima Sousa.

**Capa:** Máira Fernandes Alencar

**Revisão textual:** os autores

---

A pesquisa e o ensino da Arquivologia: perspectivas na era digital  
/ [Organizado por] Thiago Henrique Bragato Barros, Roberto Lopes dos Santos Junior, Gilberto Gomes Cândido. – Belém: Ed. da UFPA, 2019.  
324: il.

Livro eletrônico.  
978-85-61214-37-1 ISBN

Conteúdo: **Eixo 1:** A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um - **Eixo 2:** Tendências da preservação eletrônica e digital - **Eixo 3:** Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado – **Eixo 4:** Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea – **Eixo 5:** Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira.

1. Arquivologia 2. Documentos arquivísticos 3. Ensino de arquivologia I. Barros, Thiago Henrique Bragato, *org.* II. Santos Junior, Roberto Lopes, *org.* III. Cândido, Gilberto Gomes, *org.*

---

CDD – 020

Bibliotecária Leticia Lima de Sousa – CRB2-1549

## PREFÁCIO

A Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ), trata-se acima de tudo de um espaço de articulação científica, pedagógica e política da Arquivologia. Um espaço construído e conquistado por essa comunidade que, apresenta em sua sexta edição indícios de sua consolidação. Assim, desde seu primeiro encontro tem procurado, discutir, evidenciar e trabalhar os principais aspectos da pesquisa e do ensino em Arquivologia, mantendo em mais uma edição essa prática.

Nesse cenário, tem-se a realização do VI Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia na Universidade Federal do Pará, sob o tema “A pesquisa e o ensino em arquivologia: perspectivas na era digital” ocorrida em setembro de 2019, na cidade do Belém-PA, sendo o primeiro encontro de cunho acadêmico-científico realizado na região Norte do país na área de Arquivologia, o que representa um marco para área.

O tema concatenado pelos organizadores visou discutir perspectivas recentes da área digital no contexto do ensino e pesquisa, consolidando a Arquivologia em uma realidade focada em novos paradigmas informacionais e tecnológicos evidenciados em conceitos como “arquivística pós-custodial” e “Arquivística pós-moderna”, expandindo as visões gerenciais e históricas vigentes no campo desde a segunda metade do século vinte. Seja no âmbito teórico, profissional, mas, principalmente, no ensino e pesquisa, a Arquivologia busca novas metodologias, interpretações e abordagens que permitam sua constante renovação e adaptação a esse cenário complexo que, de forma incessante, desafia a área no atual cenário.

Ao longo dos trabalhos aqui publicados, é possível perceber, mais do que nunca, a presença das discussões no âmbito da pesquisa e do ensino, sinalizando a consolidação do motivo pela qual a REPARQ foi criada.

Agradecemos também aos apoios da CAPES, UFPA e Fadesp para a realização do evento.

Ao longo da leitura dos trabalhos convidamos todos a discussão, reflexão e aprimoramento das mais variadas questões em nosso campo de conhecimento.

**Thiago Henrique Bragato Barros**

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal do Pará

Novembro/2019

## SUMÁRIO

---

### *A pesquisa na Arquivologia no século vinte e um*

Análise de domínio: um estudo nos anais da Reunião de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ).....	9- 19
A identificação de funções e tipos documentais na Classificação de documentos de arquivo: o caso do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas/FIOCRUZ .....	20- 29
Classificação, descrição e indexação em arquivos: diferenças e aproximações possíveis .....	30- 40
Informação, documentos, arquivos e repositórios: mecanismos de difusão de conhecimentos para as inovações gerenciais nos sistemas de saúde .....	41- 48
Os arquivos pessoais na comunicação científica brasileira: um mapeamento dos encontros científicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação .....	49- 57
Inusitado, mas possível: estudo diplomático de recortes de jornal .....	58- 68
Competência em Informação e Arquivologia: Relato de pesquisa .....	69- 79
A Gestão do Conhecimento e a Informação Arquivística: possíveis interseções .....	80- 90
A nova morfologia da Arquivologia no século XXI: o microscópio da justiça social dos arquivos, responsabilidade e democracia .....	91- 96

---

### *Tendências da preservação eletrônica e digital*

Diplomática Digital: uma nova abordagem? .....	98- 107
Identificando ligações entre o Records in Context e o Records Continuum: análise da multidimensionalidade comum aos modelos .....	108- 116

---

### *Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado*

Recomendações para a implantação do sistema de arquivos da Universidade Federal do Rio de Janeiro .....	118- 127
Contribuições arquivísticas para a segurança do paciente .....	128- 135
Proteção aos documentos analógicos e digitais: a legislação e o caso do INSS .....	136- 146
A linguagem do indizível: contribuições para organização de acervos de dança .....	147- 156
Dimensões contextuais e requisitos que indicam a possibilidade de registro de informações pessoais nos documentos arquivísticos .....	157-172
Análise do Cenário Institucional e Arquivístico do Arquivo Público de Macaé: novas discussões para antigos problemas .....	173- 183

Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental .....	<b>184- 194</b>
--	-----------------

---

***Memória, Patrimônio e Usuários na Arquivologia contemporânea***

O ensino das disciplinas das áreas de Cultura, Memória e Patrimônio Cultural na Arquivologia: Um balanço de dez anos de experiência .....	<b>196- 203</b>
Arquivo e Educação: Diálogos e Possibilidades .....	<b>204- 212</b>
Presença de disciplinas sobre usuários nos cursos de Arquivologia brasileiros .....	<b>213- 220</b>

---

***Questões contemporâneas de ensino na arquivologia brasileira***

A Trajetória Histórico-Curricular do Curso de Graduação em Arquivologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) .....	<b>222- 232</b>
A formação do profissional Arquivista e o ensino do tratamento de documentos fotográficos em arquivos .....	<b>233- 242</b>
A Educação à Distância e o Ensino na Arquivologia: Possibilidades e desafios na graduação ...	<b>243- 250</b>
Programa de Pós-graduação em Gestão de Documentos e Arquivos: uma análise a partir da visão dos egressos .....	<b>251- 260</b>
O Ensino em Arquivologia na perspectiva da era digital: O caso do curso de Arquivologia da UFES .....	<b>261- 269</b>
Ensino, Pesquisa e Extensão na Graduação em Arquivologia: relato de experiência de projeto integrado .....	<b>270- 278</b>
(Re)pensar o currículo: a experiência de revisão curricular do curso de Arquivologia da UFMG..	<b>279- 288</b>
Perfil acadêmico dos integrantes do grupo de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (EPARQ) A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa.....	<b>289- 303</b>
A Competência em Informação na Arquivologia: reflexões sob o enfoque da pesquisa .....	<b>304- 314</b>
Ensinando Paleografia no Século XXI: um relato de experiência .....	<b>315- 325</b>

---

**Gestão de documentos arquivísticos analógicos e digitais no âmbito público e privado**

*Management of analog and digital archival records in the public and private spheres*

---

# Instrumentos de classificação propostos pelo Conarq e pelo Senado Federal: uma análise comparativa a partir da produção documental

*Records Classification Tools proposed by Conarq and Senado Federal: a comparative analysis from the standpoint of their documental production*

**Paulo José Viana de Alencar (1), Clarissa Schmidt (2)**

(1) (2) Universidade Federal Fluminense - UFF, Rua Tiradentes 148, Ingá - Niterói - RJ - Brasil - CEP: 24210-510

(1) E-mail: alencarpauloj@outlook.com (2) E-mail: clarissaschmidt@id.uff.br

## Resumo

Considerando que a classificação é apontada como uma importante função arquivística e influencia a execução eficiente de quaisquer programas de gestão de documentos, esta pesquisa analisou e comparou os instrumentos de classificação elaborados pelo Conselho Nacional de Arquivos – Conarq e pelo Senado Federal – SF. Inicialmente realizou-se um esforço de revisão considerando a formação dos princípios classificatórios enquanto saber na Arquivologia; os diferentes contextos organizacionais ao redor destas entidades, para então, dar-se ênfase aos métodos de elaboração destes instrumentos de gestão e suas relações de consonância e ruptura com a teoria arquivística. Os resultados demonstram que o instrumento de classificação do Conarq apresenta uma ausência de rigor teórico e metodológico, bem como a falta de expansibilidade de suas classes, o que traz problemas urgentes para os órgãos públicos que o têm como modelo, ou, usam-no para classificar seus documentos oriundos das atividades-meio da administração pública do executivo federal. Por outro lado, o instrumento de classificação do Senado Federal apresentou, parcialmente, uma superação dos pontos de melhoria em relação ao instrumento do Conarq.

**Palavras-chave:** Arquivologia; Classificação de documentos de arquivo; Metodologias de classificação; Classificação baseada em assuntos; Classificação funcional; Classificação por tipo documental.

## Abstract

Considering that, classification is an important archival function and it influences the efficient execution of any Records Management Program this research analyzed comparatively the records classification tool looking specifically for facilitative activities developed by Conselho Nacional de Arquivos – Conarq and Senado Federal –SF, both from Brazil. It has made an effort considering the development of classification principles in Archival Science and the different organizational contexts around these entities, after that, it put highlight for the method of development of these tools and their relationships of consonances and ruptures with the archival theory. The results demonstrate that the records classification tool developed by Conarq shows an lack of theoretical and methodological rigor, as well, as expandability of their classes, which bring urgent problems for those public agencies whose have such tool as an model, or, use it for classify their records which derivate from facilitative activities from public administration in Federal Executive domain. On other hand, the tool developed by SF shows partially an overcoming of the improvement points identified in the Conarq's tool.

**Keywords:** Archival Science; Records classification; Methodologies of classification; Subject-based classification; Functional-based classification; Typology-based classification.

## 1 Introdução

Na medida em que a produção, recebimento e acumulação de documentos no âmbito da administração pública seja comum (AMPUDIA MELLO, 2017, p.19), o documento de arquivo ocupa um lugar central nesse contexto, já que o mesmo é produzido no transcurso de uma atividade e mantém relações orgânicas com os demais, o que lhe confere valor de prova e testemunho sobre os atos públicos que registram (BELLOTTO, 2006, p.37).

Do ponto de vista da Diplomática Arquivística, este valor de fonte de prova deriva das propriedades de imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade do documento de arquivo

(DURANTI, 1994, p.51-52), bem como, na relação entre a indissolubilidade entre a informação, o meio documental, o suporte, a proveniência, e, principalmente, ao vínculo entre os documentos de arquivo do mesmo contexto genético (BELLOTTO, 2010, p.161).

Tratando-se especialmente daqueles documentos mais próximos de seu respectivo produtor, o valor de fonte de prova se manifesta administrativamente útil, já que o mesmo constitui parte do processo decisório, segundo Rousseau e Couture (1998, p.118). Entretanto, Smit (2017, p.8-9 grifo nosso) recentemente observou as ideias de Angelika Menne-Haritz e argumenta na direção de outro atributo, como vemos:

A sociedade contemporânea, globalizada, bombardeada por um excesso de informações (nem sempre verdadeiras), submetida a constantes críticas através das redes sociais (nem sempre fundamentadas) e cobrada em termos de transparência vive uma mutação permanente em função de uma dinâmica em boa parte impulsionada ou produzida pela tecnologia. As instituições, empresas e corporações são submetidas à mesma dinâmica e frequentemente a tomada de decisões acontece diante de cenários novos, que não estão presentes nos documentos de arquivo. **Estes documentos, portanto, não constituem mais, forçosamente, uma passagem obrigatória para a tomada de decisão, mas continuam essenciais, mormente em momentos de transição e rápidas alterações, pois lhes cabe atestar o funcionamento institucional, conferindo às instituições estabilidade graças ao autoconhecimento processual.**

O predicado do conhecimento através dos documentos de arquivo ganha força a partir da perspectiva orgânica, esta que também elucidou o arquivista norte-americano Oliver W. Holmes (1964, p.1, tradução nossa):

O conhecimento existe em duas formas: (1) “conhecimento ativo”, o que significa que pode ser encontrado nos cérebros dos seres humanos e está disponível a estes a qualquer momento como base para ações, e (2) “conhecimento passivo” (ou conhecimento potencial) que existe em grandes reservas de documentos nos quais foram registradas experiências, observações, pensamentos e descobertas de outros homens, mormente aqueles do passado.

Para Holmes (1964, p.1-2) o conhecimento passivo ou potencial contido nos conjuntos de documentos de arquivo, deve ser transformado em conhecimento ativo por arquivistas na medida em que estes: 1) preservem sua imparcialidade e segurança, e 2) o disponibilizem para guiarem a produção de conhecimento ativo.

A disponibilização dos conjuntos orgânicos depende, via de regra, do seu processamento. Nesse sentido, para arquivista espanhola Martín-Pozuelo Campillos (1996, p.50), a classificação de documentos de arquivo representa a função arquivística mais importante, pois materializa o princípio da proveniência, e, não obstante, demonstra a disciplina arquivística em seu conjunto.

A centralidade dessa função arquivística também é perceptível historicamente, como observaram Schmidt e Smit (2015, p.2) a partir de Brenneke, comentando a reconstituição prática-conceitual da classificação, onde: o período do século XVI ao XVII é marcado pela predominância do método “prático indutivo”; já no século XVIII era relevante a presença de sistemas teóricos dedutivos influenciados pelo iluminismo. Por fim, as autoras apontam que a partir do final do século XIX até nos dias atuais, a percepção acerca desta função é que ela está arraigada nos princípios teóricos que estruturam o próprio *corpus* científico da Arquivologia, como também corroboram outros autores (BARROS; MORAES, 2013), como o princípio da proveniência e a noção de vínculo arquivístico [1]. Por isso, é definida

como uma função arquivística (ROUSSEAU; COUTURE, 1998), e, como tal, está sujeita a transformações de entendimentos na medida em que a ciência dos arquivos também se transforma.

No momento do surgimento do conceito de gestão de documentos, por volta de 1940, primeiramente no âmbito da administração pública norte americana, e posteriormente incorporada à Arquivologia (SCHELLENBERG, 2006), ocorre uma renovação do universo epistemológico e da própria prática na área (INDOLFO, 2012). Desta forma, é percebida uma necessidade de diferenciar a classificação realizada nos arquivos mais e menos próximos ao uso rotineiro da administração, aonde decorre a distinção entre classificação e arranjo, como esclarece Eastwood (2000, p.93 tradução nossa):

A palavra classificação não é mais satisfatória, isso denota o arranjo ou ordenação de coisas por classes e é um termo melhor reservado na ciência arquivística para o processo de organizar documentos correntes. Em contraste a isto a essência do arranjo arquivístico é a identificação das acumulações naturais de documentos de arquivo que tomam forma durante o processo de sua geração.

Efetivamente, a materialização da classificação é dada através da elaboração do plano de classificação. Este, que no instrumento terminológico de Pearce-Moses (2005, p.100 tradução nossa) é definido como:

Esquema de classificação (também plano de classificação) - Diagrama ou gráfico que descreve categorias padrão usadas para organizar documentos de arquivo com características similares [...] Os planos de classificação geralmente são de natureza hierárquica, e, frequentemente associam códigos com cada classe. Tipicamente utilizados nos escritórios de origem para arquivar os documentos de arquivo correntes, ou em arquivos como auxiliares a busca.

Camargo e Bellotto (1996, p.60), neste sentido, enfatizam que o plano de classificação é o esquema no qual se processa a classificação de documentos de arquivo.

Enquanto que o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p.132), por sua vez, destaca a forma de elaboração desse instrumento:

Plano de classificação – esquema de distribuição de documentos em classes, de acordo com métodos de arquivamento específicos, elaborado a partir do estudo das estruturas e funções de uma instituição e da análise de um arquivo (1) por ela produzido. Expressão geralmente adotada em arquivos correntes.

Apesar de definições em muitos aspectos divergentes, de uma forma geral, a análise das funções das instituições como método de classificação mais adequado é consenso entre autores como: Schellenberg (2006, p.96); Orr (2005, p.109); Foscarini (2009, p.283), Sabourin (2000, p.143), entre outros.

Contudo, como parte da literatura demonstra, ainda há a falta de parâmetros claros para a elaboração do instrumento responsável pelo processamento da classificação (BARROS; MORAES, 2013, p.58), (MELLO; RODRIGUES, 2012, p.602).

Os princípios arquivísticos e os elementos da ação que dão origem aos documentos de arquivo proveem um caráter contextual à classificação, todavia, como se tratam de princípios científicos, estes se descortinam em metodologias de aplicação diversas, e, igualmente científicas, que, em consequência disso são passíveis de análise.

Assim, o presente trabalho nasceu a partir: a) de reflexões suscitadas na disciplina Classificação em Arquivos, cursada durante a graduação em Arquivologia na Universidade Federal Fluminense, que se tornaram fio condutor do Trabalho de Conclusão de Curso desenvolvido posteriormente, bem como, b) da exposição da mídia sobre os gastos com armazenagem de documentos pela administração pública federal [2].

Ainda que somente na função arquivística da avaliação seja possível atribuir prazos de guarda e destinação aos documentos de arquivo, é na classificação que ocorre a produção de uma imagem da organização e das funções as quais os documentos derivam, ou seja, é quando o contexto de produção destes é demarcado, e, conseqüentemente pode-se suceder às demais funções arquivísticas.

Deste modo, um esforço que vise a comparação de metodologias de classificação, então, se mostra oportuno para observar as consonâncias e rupturas desta operação com a teoria arquivística, onde o produto desta análise poderá servir de base para possíveis ajustes visando a execução da prática classificatória mais adequada.

Nesse sentido, esta pesquisa analisou e comparou as metodologias utilizadas na elaboração dos instrumentos de classificação produzidos pelo Conarq e Senado Federal, especificamente no que se referem às atividades meio.

Assim, os objetivos da pesquisa se desdobram em um objetivo geral, e, alguns objetivos específicos. Foi nosso objetivo geral: a) Analisar as metodologias para identificar as consonâncias e rupturas em relação a teoria arquivística nos instrumentos de classificação de atividades meio elaborados pelo Conarq e SF.

O alcance do objetivo geral demanda, por consequência lógica, o cumprimento de alguns objetivos específicos, estes que foram: a) Identificar a formação da Arquivologia enquanto campo do saber a partir do estabelecimento dos princípios classificatórios; b) Reconhecer a função classificação na perspectiva da gestão de documentos; c) Analisar conceitos e metodologias da classificação arquivística, e, d)

Comparar os instrumentos de classificação do Conarq e SF.

Objetivos estes, perscrutados através de revisão de literatura (GIL, 2002, p.44-45), isto é, o levantamento dos autores relevantes e relacionados à matéria em discussão, sua postulação coesa e a apreciação final do conteúdo pesquisado.

## 2 Os princípios classificatórios: do fazer ao saber

Fruto da Revolução Francesa, a criação do Arquivo Nacional da França representa um marco também, pelo reconhecimento do Estado da sua responsabilidade sobre o seu patrimônio documental, bem como na inauguração do princípio de acessibilidade aos arquivos (POSNER, 2013, p.275-276). Nessa linha de pensamento, Jardim (2015, p.20) corrobora resumando o processo, afirmando ser a Arquivologia filha do Estado Nacional em formulação na época.

A partir do surgimento das instituições arquivísticas, é observado que o tratamento dispensado aos documentos de arquivo é fundamentalmente caracterizado pela aplicação de métodos oriundos da Biblioteconomia, bem como pela concepção de documento de arquivo a partir da ótica ideológica –recorrente no século XVIII– (DUCHEIN, 1986). Sobre tal ideiação, nos diz Duchein:

Esta concepção ideológica da classificação de arquivos achava-se, então, universalmente disseminada. Era a época dos grandes sistemas de classificação científica, como o de Curvier para a Zoologia, o de Linneo para a Botânica, e o de Berzéluís para a Química. Pela ótica dos historiadores de então, o documento de arquivo era considerado por seu valor intrínseco, independentemente de seu contexto, da mesma maneira que, nas escavações arqueológicas - em Pompéia, por exemplo, ou no Egito durante a expedição de Bonaparte - só houve interesse pelos objetos de arte encontrados, como peça de coleção sem a preocupação de conservá-los no âmbito de seu descobrimento. (DUCHEIN, 1986, p.15)

Duchein, ao diferenciar a concepção ideológica de arquivos, indica então que existe uma natureza específica dos documentos de arquivo e esta é inerente à sua classificação, entretanto, como observou Schellenberg (2006, p.240) ao comentar a experiência de classificação temática de Camus e Daunou, entre meados do século XVIII até meados do XIX, no Arquivo Nacional da França, esta concepção gerou um colapso na administração daquele Arquivo.

Tal situação só começaria a ser superada pela institucionalização em 1841, por Natalis de Wailly, historiador e diretor da seção Administrativa do Arquivos Departamentais do Ministério do Interior, do princípio de *respect des fonds*, ou princípio de respeito aos fundos. Este foi definido como a reunião de

[...] todos os títulos (todos os documentos) provindos de uma corporação, instituição, família ou indivíduo, e

dispõem determinada ordem os diferentes fundos... Documentos que apenas se referam “a uma instituição, corporação ou família não devem ser confundidos com o fundo dessa instituição, dessa corporação ou dessa família...” (DUCHEIN, 1986, p.16)

Dessa forma, o princípio de respeito aos fundos alcança maior escala à prática arquivística e se torna, por outro lado, o primeiro fundamento teórico da área.

Na Prússia, posteriormente, como nos aponta Schellenberg (2006, p.245) o *provenienzprinzip*, ou princípio da proveniência, seria pensado com vistas ao agrupamento de acordo com as unidades administrativas. Como comenta o arquivista norte-americano:

O *Provenienzprinzip* simplesmente estabelecia que as principais divisões, no Arquivo do Estado, deviam ser formadas pela separação dos documentos originários das diversas unidades administrativas do governo. O reagrupamento dos documentos de diferentes órgãos, por assuntos, foi então reconhecido como um método impraticável, especialmente depois do grande aumento que sofreu o volume dos documentos transferidos (SCHELLENBERG, 2006, p.246).

Martín-Pozuelo Campillos (1996), todavia, atribui a Ernst Spiess a criação de tal princípio em sua obra *Von Archiven* publicada em 1777. Ainda de acordo com a autora, o princípio da proveniência possui dois níveis complementares: o de respeito aos fundos e respeito a estrutura dos fundos e a ordem dos documentos no interior dos mesmos (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p.24).

Face ao entendimento consolidado, Douglas (2016) dá luz à outra percepção deste princípio arquivístico. A autora levanta uma possível compreensão do mesmo dentro de três olhares: como princípio organizativo, como construto físico e intelectual, e, como contexto sócio histórico.

O princípio da proveniência enquanto princípio organizativo, segundo a autora, representa a dissociação com o princípio de respeito aos fundos por motivos históricos, ressaltando o caráter pragmático da definição francesa em função do teórico (DOUGLAS, 2016, p.47-55).

Por sua vez, a visão enquanto construto físico e intelectual aponta que os arquivos com os quais os arquivistas lidam atualmente são diferentes em muitos níveis daqueles do século XIX. Douglas indica ainda perspectivas diferentes sobre a ordem original e a problemática da definição de fundo arquivístico sob natureza física versus abstrata (DOUGLAS, 2016, p.55-60).

Já a perspectiva de contexto sócio histórico é uma proposta endossada por Nesmith, citado por Douglas (2016, p.60), de levar em consideração os processos históricos e sociais na percepção do princípio da

proveniência, haja vista a influência dos mesmos na formatação do corpo de documentos (DOUGLAS, 2016, p.60-68).

Se no modelo de instituição arquivística promulgado após o período revolucionário contou-se também com ideia de acessibilidade aos arquivos públicos, como sugeriu Posner (2013), o princípio da proveniência, ao estabelecer a estrutura dos fundos, estabeleceu um direcionamento teórico fundamental para a função classificação. Posteriormente, quando do surgimento da gestão de documentos, a classificação desempenharia também um papel decisivo para o acesso aos documentos públicos.

### 2.1 Gestão de documentos e o papel da classificação na transparência

Face a problemas administrativos e ao eminente colapso pela acumulação de massa documental, foi criada, nos Estados Unidos, em 1947, a *Commission On Organization of the Executive Branch of the Government*, conhecida como Comissão Hoover (FONSECA, 2005, p.45), que definiu a necessidade em administrar, de forma científica, a documentação produzida pelo governo daquele país, no desempenho de suas funções, atividades e atos. Desse modo, instituiu-se que a gestão de documentos seria:

[...] o planejamento, o controle, a direção, a organização, o treinamento, a promoção e outras atividades gerenciais relacionadas à criação, manutenção, uso, e eliminação de documentos, com a finalidade de obter registro adequado e apropriado das ações e transações do Governo Federal e efetiva e econômica gestão das operações das agências (44 U.S.C. Chapter 29 *apud* FONSECA, 2005, p. 73, tradução da autora)

Jardim (1987, p.36) observa que uma das influências teóricas da gestão de documentos no universo da administração pública norte americana provém da noção de administração científica de Frederick Taylor e Frank Gilbreth, as quais reforçavam a ideia de eficiência nos processos administrativos.

No Brasil, a trajetória da gestão de documentos representou, à época, um desafio de renovação do papel das instituições arquivísticas, outrora essencialmente ligadas ao papel de exclusivamente custodiadoras de acervos para a pesquisa histórica, papel este mais próximo ao século XIX do que ao XX (JARDIM, 1987, p.39).

Nesse cenário, a atuação do Arquivo Nacional estava vinculada à tradição de instituição arquivística, o que Kecsméti (1988, p.5-6) denomina “arquivos nominais”, estes que tinham nomenclatura de arquivos, entretanto, não dispunham de recursos humanos, financeiros, orçamentários e materiais para a administração profissional do órgão e seus serviços.

Sobre esta época, Paes (1987, p.18) ressaltaria que o desconhecimento dos arquivos e suas funções obscureceu a liderança por arquivistas de órgãos com atribuições de arquivo e protocolo para se direcionar majoritariamente profissionais de outras áreas, como: bibliotecários, historiadores, cientistas sociais e etc., que, embora competentes em seus campos de atuação, não detinham do *know-how* da Arquivologia.

A autora pontua que, em decorrência desse fato, criou-se uma supervalorização de arquivos permanentes e seu valor histórico, à revelia daqueles correntes e mais próximos dos órgãos produtores ou acumuladores.

Sobre a importância dos arquivos correntes, cita a autora:

Entretanto, é nessa fase corrente — quando os arquivos estão se formando — que se deve criar as condições indispensáveis para que a documentação produzida ou recebida em decorrência das atividades de qualquer instituição seja sistematicamente organizada, controlada de forma racional e bem conservada em termos físicos para colocá-la, de maneira rápida e precisa, à disposição do usuário, seja ele uma autoridade com poder decisório, um funcionário burocrático, um técnico, um cientista, ou, enfim, um cidadão comum em busca da comprovação de seus direitos (PAES, 1987, p.18).

Paes (1987, p.18) identifica também que o produto de tal negligência no tratamento de documentos correntes gera uma imagem social negativa de arquivos, e da própria administração pública perante a sociedade, pois impossibilita o aumento da qualidade dos serviços prestados.

Se por um lado é evidente que o aumento da produção documental influencia a necessidade de se gerenciar os documentos com vistas à economia nos fluxos de trabalho, na esfera pública em especial, a facilidade e o acesso aos documentos de arquivo em sua gênese deriva da classificação, materializada em um plano de classificação que identifique os documentos produzidos, recebidos e acumulados (PAES, 1987, p.20).

Então, de maneira global, o princípio da proveniência demonstra, portanto, que a fundamentação teórica da Arquivologia acena na direção de que o fazer arquivístico é permeado pela análise do contexto da instituição produtora de documentos e, invariavelmente, a classificação de documentos de arquivo também o é, assumindo assim um papel essencial na gestão de documentos.

Cabe portanto, discutirmos sobre as formas que assumem as interpretações do princípio da proveniência, isto é, as metodologias de classificação e os instrumentos gerados.

### 3 Metodologias de classificação

No âmbito da gestão de documentos, a classificação se aplica em objetos distintos. Pode-se classificar os arquivos de acordo com as características de seus principais fundos (arquivos militares, eclesiásticos), o caráter da instituição produtora (arquivos públicos e privados), o tipo de administração (municipais, estaduais, nacionais), seu suporte (papel, suportes eletrônicos), e, principalmente, os documentos de arquivo de um fundo de acordo com as funções que os geraram (HERRERO; DÍAZ, 2012, p.134).

A arquivista espanhola Antonia Heredia Herrera (1997, p.101) também disserta sobre, e atenta ao fato de que surgiram outras classificações de arquivos para atender ao caráter específico da documentação custodiada pelas instituições, bem como pelo seu suporte.

A classificação de arquivos por temática, alerta Heredia Herrera (1997, p.102), provê um sentido artificial ao termo, pois, ao mesmo tempo: não auxilia na clarificação do que está sendo custodiado por determinada instituição, assim como também fica alheia ao conceito de documento de arquivo, este, norteador evidente na teoria e prática arquivísticas.

Na mesma perspectiva, a arquivista italiana Fiorella Foscarini (2009, p.3 tradução nossa), identifica a classificação de documentos de arquivo à guisa de um modo procedimental de exercer o controle sobre os documentos, onde o papel de fazer explícito o vínculo arquivístico é tido como primordial:

Através do ato de classificar, a rede de relações inerentes na natureza de cada documento de arquivo é não só iluminada, como também estabelecida e perpetuada. Nesse caminho, o significado de cada documento de arquivo em relação a todos os outros, assim como à estrutura de todos os documentos (fundos arquivísticos) podem ser entendidas e transmitidas através do tempo.

Pois, arremata a autora:

Cada plano de classificação é necessariamente diferente uns dos outros, muito embora nós possamos esperar algumas similaridades entre produtores de documentos aos quais foram confiadas as mesmas funções. Em qualquer caso, um deles não deve sobrepor qualquer plano de classificação artificial, ou pré-estabelecido para uma acumulação de documentos, mesmo aonde o plano pudesse prover acesso aos documentos, pois, fazendo isso, os relacionamentos seriam inevitavelmente alterados ou obscurecidos. Isso não significa que a recuperação não é relevante para a classificação de documentos de arquivo. É relevante, como um benefício colateral, à medida em que não contradiz o propósito primário dos documentos de arquivo. (FOSCARINI, 2009, p.3 tradução nossa)

Os benefícios ora identificados por Foscarini (2009), o são igualmente para Orr (2005, p.32). Rocha (2012, p.278) observa esse aspecto aplicado na gestão de documentos, e, destaca: (1) o estabelecimento da relação orgânica de documentos oriundos de uma mesma atividade; (2) identificação consistente que permite

independência as variações da forma documental, e, suporte; (3) auxiliar na recuperação de documentos de arquivo sob uma mesma atividade, e, (4) oportunizar a avaliação de um conjunto relacionado para que sejam transferidos, recolhidos ou eliminados coletivamente.

Orr (2005, p.31) se questiona sobre os princípios de construção dos planos, e nesse aspecto, o autor destaca a necessidade de uma classificação hierárquica (isto é, não facetada, com classes necessariamente em diferentes níveis e excludentes no mesmo nível) tendo em vista a natureza da informação orgânica arquivística, e baseando-se em Bowker & Starr determina que:

- Cada sistema deve ser baseado em um único princípio classificatório;
- As classes são mutuamente excludentes;
- Sistema proverá a cobertura completa do mundo que descreve (ORR, 2005, p.31)

Schellenberg, por sua vez, considera que devem ser levados em conta três elementos principais durante a classificação: “a) a ação a que os documentos se referem; b) a estrutura do órgão que os produz; e c) o assunto dos documentos.” (SCHELLENBERG, 2006, p.84).

No que se refere ao primeiro elemento, o autor o associa a própria definição de documento arquivístico que foi construída desde fins do século XIX até atualidade, quando assinala o documento de arquivo como produto de uma ação. Nesse sentido:

Os documentos públicos, na sua maioria, são produto de uma ação e subdividem-se em grupos que se referem a ações. Uma ação pode ser tratada em termos de funções, atividades e atos (*transactions*). O termo “função” é aqui usado com referência a todas as responsabilidades atribuídas a um órgão a fim de atingir os amplos objetivos para os quais foi criado. (SCHELLENBERG, 2006, p.84).

Órgãos públicos normalmente terão suas funções registradas em leis ou regulamentos, estes, subdividem-se em atividades fim (substantivas) e meio (auxiliares), e, sucessivamente em atos políticos ou normativos e executivos. Os primeiros referem-se a:

[...] determinam a diretriz a ser seguida em todos os casos do mesmo gênero. Uma determinada política pode aplicar-se aos atos de todo um órgão ou restringir-se aos de uma de suas partes (SCHELLENBERG, 2006, p.85)

Entretanto, a definição entre atos políticos e executivos é de difícil apreensão, uma vez que casos particulares influem na padronização de atos para casos similares, como nos diz o autor:

Se analisarmos os atos administrativos dos governos, podemos observar que a maioria deles refere-se a pessoas, uma vez que os governos modernos ocupam-se, em proporções surpreendentes, com a vida dos cidadãos, no desempenho de suas atividades de bem-estar social, de controle e atividades militares. Muitos outros atos referem-

se a entidades, tais como as unidades administrativas do próprio governo, organizações privadas ou instituições. (SCHELLENBERG, 2006, p.85).

Já no que tange ao aspecto da organização, Schellenberg subdivide as unidades dentro de uma organização em unidades de assessoramento (*staff*) e unidades de linha. As primeiras geralmente trabalham em cima das questões políticas relacionadas a totalidade da atuação do órgão. Já as unidades de linha são responsáveis pela execução dos atos políticos previstos pelas unidades de assessoramento. (SCHELLENBERG, 2006, p.87)

Por fim, em relação ao assunto, segundo afirma Schellenberg, está em uma perspectiva inapropriada no tratamento dispensado aos documentos de arquivo.

Ainda acerca das reflexões do autor americano, a partir da forma como os elementos de classificação são dispostos, se dão os tipos de classificação, a saber: organizacional, por assuntos, e, funcional.

A classificação organizacional se dá tanto na criação de um esquema de classes baseadas na estrutura orgânica do órgão, quanto na própria descentralização do arquivo, esta, que por si só, constitui um grande ato de classificação, isto é, o registro descentralizado (uma divisão de registro por departamento, ou ministério) já indica um certo nível de respeito da proveniência.

Todavia, há de se notar que:

Se a estrutura orgânica se reflete num esquema de classificação, as classes primárias, em geral, representam os principais elementos organizacionais da repartição. A divisão em classes organizacionais é possível em aconselhável somente em governos de organização estável, e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos. (SCHELLENBERG, 2006, p.91)

A classificação por assunto é uma exceção no âmbito da Arquivologia, só sendo aconselhável, segundo

Schellenberg, considerando-se que:

Conquanto os documentos públicos, geralmente, devam ser agrupados segundo a organização e função, far-se-á exceção a essa regra para certos tipos de **documentos, tais como os que não provêm da ação governamental positiva ou não estão a ela vinculados. Incluem-se nesses documentos as pastas de referência e informações.** (SCHELLENBERG, 2006, p.92-93, grifo nosso)

Isto é, a informação registrada em documentos necessários para as atividades de uma organização que não provêm de ação positiva, não são de fato documentos de arquivo, pois o termo principal da própria definição de documento de arquivo – a ação-, não é aplicável as mesmas, e, tampouco, é possível vislumbrar a organicidade de um conjunto sob tal perspectiva.

A classificação funcional abrange a perspectiva de que: se a produção de pastas (*file units*) se referem comumente a pessoas, classes sociais ou entidades, as

unidades de arquivamentos maiores, por sua vez, se referem as atividades. Conquanto que se siga essa lógica, obter-se-á o que Posner, mencionado por Schellenberg (2006, p.90), cita: “O registro ou o conjunto de registros reflete a entidade com suas diversas operações e é uma imagem duradoura de suas múltiplas atividades”, isto é, um reflexo do próprio respeito ao princípio da proveniência.

A classificação funcional tem sido adotada como principal metodologia desde meados da década de 1990 (ORR, 2005, p.37), o que muito embora ocorra sem se ter uma clara pacificação sobre sua definição (FOSCARINI, 2009, p.4), e parâmetros para tal (BARROS; MORAES, 2013, p.58).

Nesse sentido, então, Sabourin (2001, p.142 tradução nossa) chama atenção para os possíveis desvios que podem decorrer da falta desse entendimento, onde o autor identifica que comumente se classifica documentos de arquivo por assunto ao tentar criar classes funcionais genéricas.

Orr (2005, p.51), por sua vez, identifica dois métodos de elaboração da classificação funcional: análise de sistemas ou processos de negócio, e, análise cima-a-baixo. A análise de processos consiste na observação centralizada na rotina administrativa (ORR, 2005, P.55). Enquanto que a análise cima-a-baixo envolve a coleta de dados dos documentos e seus produtores para o estabelecimento de funções lógicas e hierárquicas (ORR, 2005, p.52-53).

Além destes, fulgura como refinamento, ou possível desdobramento metodológico, o uso da Diplomática Arquivística, ou Diplomática Contemporânea, como ferramenta na gestão de documentos.

### 3.1 *Diplomática Arquivística e Tipologia Documental*

A Diplomática nasce ao longo do século XVII buscando normatizar o processo de verificação da autenticidade de documentos da Igreja. A instituição demonstrou um desejo de estipular fatos reais nas vidas dos santos, à guisa de uma ótica positivista e não especulativa (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p.26).

Nos anos 1980, a partir de estudos arquivísticos há um retorno à Diplomática, que surge “reinventada”, ou mesmo “adaptada”, aplicando seus conceitos teóricos e metodológicos em documentos arquivísticos, notadamente relevantes na perspectiva de conjunto. Esse uso inaugura a abordagem conhecida como tipologia documental (RODRIGUES, 2010, p.180).

Para Bellotto (2006, p.53) seu campo de aplicação gira em torno da relação dos elementos com as atividades institucionais e seus objetivos são: estabelecer a proveniência; vincular documentos às competências; funções; atividades da entidade acumuladora; associar o

conteúdo e sua datação, espécies e tipos documentais; sendo o espécie “configuração que adquire um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (BELLOTTO, 2006, p.52).” e tipo: “configuração que assume a espécie documental de acordo com a espécie que a gerou” (BELLOTTO, 2006, p.52).

A gênese documental faz parte da tríade de elementos – junto com o contexto e a função-, que, junto com as propriedades outrora aqui descritas, imbuem ao documento de arquivo o seu estatuto nuclear: o valor de prova (BELLOTTO, 2010, p.161). Na medida em que nasce como prova, permanece como informação/testemunho, pois executa uma ação ou registra ações que geram outras ações (BELLOTTO, 2010, p.162).

## 4. Metodologia de classificação do Conarq

Em um contexto de reforma de Estado (BRESSER-PEREIRA, 1998, p.5), o Conarq foi criado pela lei 8.1559/91 que lhe imbuí a tarefa de definir a política nacional de arquivos e o papel central no Sistema Nacional de Arquivos (SINAR). Já sua regulamentação foi estabelecida pelo decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002.

No que tange à classificação, os principais esforços do Conarq para a elaboração de um instrumento que desse conta das atividades-meio do executivo feral, se deram a partir da adaptação de um instrumento de classificação da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) da década de 1980, e então, foi publicado pela Resolução nº 4, do Conselho Nacional de Arquivos, de 28 de março de 1996, e publicado no Diário Oficial no dia 29 de março de 1996.

A Resolução nº4 sofreu três alterações até então, através da Resolução nº 8 de 20 de maio de 1997, pela Resolução nº 14 de 24 de novembro de 2001, e, por fim, através da Resolução nº 21, de agosto de 2004, esta, válida atualmente.

Entretanto, pontuou Sousa (2004, p.32), nenhuma delas o alterou substancialmente. Posteriormente, Sousa e outros (2006), além de Pinho (2011), apontaram: a) a apropriação do sistema notacional decimal da Classificação Decimal de Dewey (CDD), comumente utilizada para localizar livros em bibliotecas de limitada expansibilidade, e, b) o elemento classificatório assunto ou híbrido entre funções, tipos documentais e assuntos utilizado equivocadamente.

O instrumento em si admite a classificação por assuntos para “agrupar os documentos sob um mesmo tema”, para sua subsequente: “recuperação [...] avaliação, seleção, eliminação, transferência, recolhimento e acesso”, onde a organização física é preponderante (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.9).

Apresenta-se também que o termo genérico “assunto” define espécies e tipos documentais que refletem a “estrutura funcional do órgão produtor” (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.9), e se estabelece as 9 classes principais que devem “refletir as funções principais do órgão” (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.10).

Para a ilustrar nossa análise, segue um recorte do plano:

#### **021 Recrutamento e seleção**

021.1 Candidatos a cargo e empregos públicos: inscrição e curriculum vitae

021.2 Exames de seleção (concursos públicos) provas e títulos, teste psicotécnicos e exames médicos.

Constituição de bancas examinadoras, editais, exemplares únicos de provas, gabaritos, resultados e recursos (ARQUIVO NACIONAL, 2001, p.55)

Ao passo em que existem classes específicas para por exemplo, classificar os documentos provenientes do processo de seleção e ingresso de uma pessoa no serviço público, a composição do assentamento funcional é nebulosa e tende a replicar uma não padronização na acumulação dos documentos deste tipo documental.

O instrumento do Conarq apresenta classes de menor nível que em verdade representam o uso indistinto dos elementos classificatórios: assunto, espécie e tipo documental, demonstrando inconsistência na construção hierárquica.

### **5. Metodologia de classificação do Senado Federal**

Muito embora o exercício do poder legislativo no Brasil date da época imperial, como apontou Jacques (1976, p.76), seria o advento da república que configuraria este poder tal qual como conhecemos hoje.

Na atualidade, são marcos legais importantes que normatizam a atuação e os poderes do SF: seu regimento publicado através da resolução nº 93 de 1970, e mais recentemente atualizado pelo suplemento publicado no diário oficial do Senado Federal, de 02 de fevereiro de 2015.

O serviço arquivístico do SF é realizado sob a tutela dos órgãos superiores de execução: Diretoria-Geral e a Secretaria-Geral da Mesa, no âmbito da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação – SGIDOC, através de sua célula: Coordenação de Arquivo – COARQ (BRASIL, 2014, s.p.). E, esta última divide seu acervo em três fundos: acervo legislativo, administrativo e fotográfico.

A primeira tentativa de elaboração de um instrumento de classificação para os conjuntos produzidos pelo SF no desempenho de suas atividades ocorreu a partir do modelo metodológico propagado pelo Conarq. Contudo, este não abarcou os objetivos da classificação na prática (BRASIL, 2014, p.15).

Em virtude do exposto, a primeira edição do atual instrumento de classificação do Senado Federal foi reestruturada a partir da metodologia de classificação funcional com o objetivo de facilitar a classificação pelo usuário final diante da implantação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) no Senado Federal (BRASIL, 2014, p.15).

Seu instrumento foi construído a partir do conhecimento dos procedimentos, os documentos produzidos, recebidos, sua tramitação, métodos de arquivamento e sistemas informatizados utilizados (BRASIL, 2014, p.15).

Sua estruturação se dá a partir da hierarquização: função; subfunção; atividade e tipos documentais, sendo as séries documentais encontradas neste último, e, a notação correspondente é do tipo duplex (BRASIL, 2014, p.17-18).

Em suas recomendações, o instrumento explicita a impossibilidade de se classificar os documentos de arquivo em outros níveis que não o mais baixo (tipo documental) (BRASIL, 2014, p.19).

Segue um exemplo ilustrativo do instrumento:

#### **56 Gestão de recursos humanos**

56.01 Normatização da gestão de recursos humanos

56.01.01 Elaboração de normas e diretrizes referentes à gestão de recursos humanos

56.01.01.00 Documentos classificados no Plano de Classificação anterior referentes à elaboração de normas e diretrizes para gestão de recursos humanos

56.01.01.01 Ato referente à gestão de recursos humanos

56.01.01.02 Despacho referente à elaboração de normas e diretrizes para gestão de recursos humanos (BRASIL, 2014, p.98).

A partir das classes analisadas do instrumento do SF, é perceptível a padronização na estruturação hierárquica das classes a partir da fórmula de critérios expostos anteriormente, onde, conforme surgem mais atividades atreladas a uma mesma função, o nome dos tipos documentais evidencia de forma mais clara a ação às quais os documentos se referem.

Muito embora se constituam séries por tipo documental, subordinadas respectivamente: à função, subfunção e atividade atreladas aos documentos de arquivo que são produzidos para materializá-las, percebemos a existência da classe “56.01.01.00”, específica para documentos anteriormente classificados através do instrumento anterior, entretanto, induz a criação de uma miscelânea em meio às séries tipológicas.

Tratando-se de documentos classificados a partir de um instrumento equivocado, uma solução possível é realizar a equivalência da série anterior à série adequada no instrumento retificado.

## 6 Conclusão

Se outrora os métodos de intervenção nos conjuntos orgânicos não foram fruto de reflexão teórica, foi o desenvolvimento de princípios arquivísticos que caracterizou um tratamento padronizado e cientificamente fundamentado nos arquivos, e, como produto desse processo, se descortinou a possibilidade inédita de controle intelectual sobre os documentos de arquivo, estes que foram, e ainda são, sedimentos da ação jurídico-administrativa, ferramentas de apoio ao processo decisório e ao autoconhecimento processual.

A classificação de documentos de arquivo, então, demonstrou-se vital para a plenitude deste desejável controle intelectual. Sendo reconhecidamente a primeira função na intervenção ao ciclo de vida dos documentos, seu desenvolvimento metodológico foi amplo, desde a redescoberta da importância da atenção à estrutura organizacional da entidade produtora ou acumuladora de documentos, até a sua renovação teórico-metodológica a partir dos modernos estudos de Diplomática, que, conseqüentemente, incrementaram as possibilidades dos arquivistas no desenvolvimento de planos de classificação, evidenciarem a gênese dos documentos de arquivo aos quais lhes são facultadas as tarefas complexas da custódia e acesso.

Diante disso e do que foi exposto ao longo do trabalho, o instrumento de classificação desenvolvido pelo Conarq demonstra a não pacificação de definições como “função”, “espécie”, e, “tipo documental”. A adoção da metodologia de classificação por assunto é fruto de uma influência da Biblioteconomia na Arquivologia, que já se evidenciou não aplicável no objeto específico da ciência dos arquivos pelo menos desde o século XIX, portanto, deveria ser repensada.

O instrumento de classificação desenvolvido pelo SF demonstrou um delineamento fundamentado de definições, rigor metodológico a partir do uso da classificação funcional, chegando até a identificação das séries por tipos documentais que evidenciam o binômio ação-contexto registrada nos documentos de arquivo do produtor.

Ainda que seja notável a diferença de escopo de atuação e contextos jurídico-administrativos os quais os planos de classificação dessas entidades têm a missão de abranger, a estrutura teórica provida pelos princípios classificatórios, e seus desdobramentos metodológicos, deve ser indistinta. A real distinção, desse modo, provém do planejamento para a elaboração do instrumento.

Nessa direção, duas possibilidades desenham-se: a) a deliberação da produção de planos de classificação de documentos de arquivo referentes às atividades meio pelos próprios serviços arquivísticos dos órgãos componentes da Administração Pública Federal, da mesma maneira como atualmente é feito para o plano de

classificação dos documentos das atividades finalísticas, o que talvez incidisse na não normatização metodológica quista para um sistema de arquivos; ou, b) o abandono do modelo atual para uma reformulação metodológica adotando a classificação funcional, por exemplo, produzida a partir dos procedimentos de estudo das diversas estruturas organizacionais, funções, subfunções, atividades e tipos documentais produzidos pela APF no transcurso de suas atividades de rotina.

A incumbência legalmente referenciada ao Conarq, isto é, do desenvolvimento técnico das atividades de arquivo dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, deveria ser a justificativa para a construção de uma metodologia de classificação não aderente às atuais rupturas com os preceitos da teoria arquivística. As experiências e práticas de outros órgãos da APF para um levantamento de dados, estruturas organizacionais, funções, subfunções, atividades e tipos documentais, bem como o diálogo com a pesquisa realizada nas universidades são interlocuções possíveis para um novo projeto de metodológico para esta importante função arquivística.

Refletir especificamente sobre a classificação de documentos de arquivo referentes às atividades meio das instituições se revela especialmente relevante na medida em que: como foi exposto na introdução deste trabalho, uma pequena porcentagem dos documentos arquivísticos justificam de fato sua preservação permanente (em grande parte são relativos às atividades fim do seu produtor), desse modo então, visualizar a organicidade dos conjuntos produzidos em atividades de suporte àquelas finalísticas, significa melhorar qualitativamente o processo de avaliação, seleção e eliminação de séries sem valor secundário.

Finalmente, consideramos que uma classificação de documentos de arquivo pensada a partir de metodologias adequadas ao objeto, rigorosa no estabelecimento do relacionamento de classes e com um conjunto de definições bem delimitadas seja essencial: não só para o arquivamento de documentos correntes para sua recuperação; para a execução das funções subsequentes; mas também seja uma demonstração consistente da cientificidade dos métodos desenvolvidos pela Arquivologia para abordagem de seu objeto.

## Notas

[1] Para Duranti (1997, p.216 tradução e grifos nossos) O vínculo arquivístico é **originário**, porque existe quando um documento de arquivo é criado (ou seja, quando, depois de ser produzido ou recebido, ele é arquivado nos fundos da pessoa física ou jurídica que o produziu ou recebeu para ação ou referência), **necessário**, porque existe em cada documento (ou seja, um documento pode ser considerado um documento de arquivo somente se adquirir um vínculo arquivístico), e **determinado**, porque é **qualificado** pela função do

documento de arquivo na agregação documental ao qual pertence.

[2] NASCIMENTO, Barbara. Governo gasta R\$ 466 milhões por ano para armazenar documentos de 13 ministérios: só o Ministério da Previdência tem gasto estimado de R\$ 242,9 milhões em manutenção e armazenagem. O Globo. Rio de Janeiro. 5 set. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/governo-gasta-466-milhoes-por-ano-para-armazenar-documentos-de-13-ministerios-21785836>> Acesso em: 19 de out. 2017.

## Referências

- AMPUDIA MELLO, José Enrique. **Institucionalidad y gobierno**: un ensayo sobre la dimensión archivística de la administración pública. Ciudad de México: Archivo General de la Nación, 2017.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos. **Classificação, temporalidade e destinação dos documentos de arquivo relativos à atividade-meio da administração pública**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato; MORAES, João Batista Ernesto de. Da classificação biológica à classificação digital: perspectivas de renovação em classificação arquivística. *Ágora*, v. 23, n. 46, p. 58-84, 2013.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- \_\_\_\_\_. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. In: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique, RODRIGUES, Ana Célia. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói, EdUFF, 2010, p.161-174.
- BRASIL. Congresso Nacional Federal. Secretaria de Gestão de Informação e Documentação. **Plano de Classificação de documentos de arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional**. Brasília: Senado Federal, 2014.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução n. 4, de 28 de março de 1996, Brasília, 29 mar. 1996.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Arquivos. Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001, Brasília, 8 fev.2002.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**, Brasília, DF, jan.1991.
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. Regimento Interno, estabelecido pela Resolução n. 93, de 1970.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial na administração pública no Brasil. *Revista do Serviço Público*, v.49, n.1, p.5-42, 1998.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros - Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura. 1996.
- DOUGLAS, Jenifer. Origens: ideias em evolução sobre o princípio da proveniência. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather. **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016, p.47-74.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. Rio de Janeiro: *Estudos Históricos*, v.13, p.50-64, 1994.
- \_\_\_\_\_. The archival bond. *Archives and Museum Informatics*, v.11, s.n., p.213-218, 1997.
- DUCHEIN, Michael. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Rio de Janeiro. *Arquivo & Administração*, v.10 – 14, n.1, abr. 1982 – ago. 1986, p.14-33, 1986.
- EASTWOOD, T. Putting the parts of the whole together: systematic arrangement of archives. *Archivaria*, v. 50, p. 93-116, Fall, 2000.
- FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- FOSCARINI, Fiorella. **Functional-based classification systems**: an exploratory study of records management practices in central banks. 2009. 349 f. Phd Thesis (Doctor Of Philosophy) – Library, Archival and Information Studies Course, University Of British Columbia, Vancouver, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- HEREDIA HERERRA, Antonia. **Archivística general**. Teoria y practica. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1997.
- HERRERO, Ana María Montero; DÍAZ, Alfonso Rodríguez. La clasificación. In: CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.). **Administración de documentos y archivos**: textos fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2012, p.133-166.
- HOLMES, Oliver W. **History and theory of archival practice**. In: STEVENS. R.E. (org). University Archives (Papers presented at an institute conducted by the University of Illinois Graduate School of Library Science, November 1-4, 1964, 11th ser.).
- INDOLFO, Ana Celeste. Avaliação de documentos de arquivo: atividade estratégica para a gestão de documentos. Rio de Janeiro: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, s.v., n.6, p.13-37, 2012.
- JACQUES, Paulino. O senado do império e o pragmatismo parlamentar brasileiro. Brasília, *Revista de Informação Legislativa*, s.v., s.n., p.77-84, out.-dez., 1976.
- JARDIM, José Maria. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em um cenário de transformações. Rio de Janeiro. *Acervo*, v.28, n.2, p.19 – 50, jul. / dez., 2015.
- \_\_\_\_\_. Do conceito à prática de gestão de documentos. Rio de Janeiro, *Acervo*, v.2,n.2, p.35-42, 1987.
- KECSMÉTI, Charles. A modernização do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, *Acervo*, v.3, n.2, p.5-9, jul.-dez., 1988.
- MARTÍN-POZUELLO CAMPILLOS, María Paz. **La construcción teórica en Archivística el principio de procedência**. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid. Boletín Oficial del Estado Madrid, 1996.
- MELLO, Sílvia Lhamas de; RODRIGUES, Ana Célia. A Diplomática contemporânea como parâmetro para a classificação de arquivos universitários: reflexões para o caso da UFRJ. In: **XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia**, 2012. Rio de Janeiro. Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Arquivologia, 2012.
- RODRIGUES, Ana Célia. Natureza do documento de arquivo: vínculo e estrutura. In: FREITAS, Lídia Silva; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói: EdUFF, 2010, p.175-189.
- ROCHA, Cláudia C.M. Lacombe. Captura y transferencia. In: CRUZ MUNDET, José Ramón (dir.). **Administración de documentos**

- y **archivos**: textos fundamentales. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de archiveros, 2012, p.273-286.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SABOURIN, Paul. Constructing a function-based records classification system: business activity structure classification system. *Archivaria*, v.51, s.n., p.137-154, Spring, 2001.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.
- SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. *In: CONGRESO ISKO ESPAÑA Y CONGRESO ISKO ESPAÑA-PORTUGAL*, 11, 2, Murcia, 2015. XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, Murcia, 2015.
- SMIT, Johanna. Ciência da Informação e Arquivologia: as duas faces de Jano. *Brazilian Journal of Information Science*, v. 11, n. 4, p. 6-9, 2017.
- SOUSA, Renato *et. al.* O uso do Código de Classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos. *Arquivística.net*, v.2, n.2, p. 19 – 37, ago. / dez., 2006.
- SOUSA, Renato. O código de classificação de documentos de arquivo do Conselho Nacional de Arquivos: estudo de caso de um instrumento de classificação. *Arquivo Rio Claro*, s.v, n.2, p. 26 – 69, 2004.
- ORR, S.A. **Functional-based classification of records: is it functional?** 2005. 170 f. MA Thesis (Mestrado) – Master of Science in Records Management Course, Northumbria University, Newcastle, 2005.
- PAES, Marilena Leite. Arquivos correntes, o calcanhar de Aquiles da Arquivologia. *Acervo*, v.2, n.1, p.17-21, jan.-jun., 1987.
- PEARCE MOSES, R. **A Glossary of Archival and Records Terminology**. Chicago: Society of American Archivists, 2005.
- PINHO, Eliezer. O plano de classificação de documentos do Conselho Nacional de Arquivos: uma análise crítica. *Informação & Informação*, v.16, n.1, p.1-20, jan. /jun., 2011.
- POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da revolução francesa. *Acervo*, v. 26, n. 2, p. 273-284, jul./dez., 2013.
- TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, J.A.C. A Diplomática Contemporânea como base metodológica para organização do conhecimento arquivístico a partir das ideias de Luciana Duranti. *In: CONGRESSO ISKO ESPAÑA*, 9, 2009, Valencia. XI Congreso ISKO España, Valencia, 2009.